

QUEM NASCE NA VILA, APRENDE MAIS LONGE? IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA ESCOLA CIDADÃ NOS ITINERÁRIOS DAS JUVENTUDES TRABALHADORAS DA VILA SÃO JOSÉ – JOÃO PESSOA, PARAÍBA.

*DO THOSE BORN IN THE VILA LEARN FARTHER AWAY?
Implications of the Citizen School Program on the itineraries of young
workers in Vila São José – João Pessoa, Paraíba.*

Ana Carolina de Oliveira Marques
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Gabriela Soares Braz de Farias
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

André Fernandes de Souza
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

RESUMO:

Quais as implicações da implementação das escolas públicas de tempo integral nos itinerários das juventudes trabalhadoras de João Pessoa? Para onde vão as/os jovens que evadem das escolas após se tornarem de tempo integral? Quais novos itinerários percorrem? Essas são algumas das questões que interrogam a vivência de licenciandos e licenciandas participantes do PIBID Geografia (Programa Nacional de Bolsas de Iniciação à Docência), inseridos no contexto das Escolas Cidadãs Integradas Técnicas (ECIT), na cidade de João Pessoa(PB). Este texto deriva do primeiro movimento de uma pesquisa em estruturação, no qual esboçamos as premissas teóricas, dados secundários e algumas hipóteses. Compõem o alicerce teórico autores como Miguel Arroyo, Motta e Frigotto, Eguimar Chaveiro, Fadel de Vasconcellos, Maria Adailza Martins, Eugênio Carvalho, Ana Cláudia Giordani, Eduardo Giroto. Pretendemos, com as reflexões aqui suscitadas, somar elementos à “leitura territorial da escola” – proposta analítica em elaboração pela rede de pesquisa “Espaço, Sujeito e Existência”(Cnpq).

Palavras-chaves: Leitura territorial da escola, Direito à educação, Território.

ABSTRACT:

What are the implications of the implementation of full-time public schools on the itineraries of the youth workers of João Pessoa? Where do young people who drop out of school after becoming full-time go? What new itineraries do you run? These are some of the questions of the experience of undergraduates of PIBID Geografia (National Program of Scholarships for Initiation to Teaching), inserted in the context of the Technical Integral Citizen Schools (ECIT), in the city of João Pessoa (PB). This text derives from the first movement of a research in structuring, here we outline the theoretical premises, secondary data and some hypotheses. The theoretical basis includes authors such as Miguel Arroyo, Motta e Frigotto, Eguimar Chaveiro, Fadel de Vasconcellos, Maria Adailza Martins, Eugênio Carvalho, Ana Cláudia Giordani, Eduardo Giroto. With the reflections, we intend to add elements to the "territorial reading of the school" – an analytical proposal being elaborated by the research network "Space, Subject and Existence" (CNPq).

Key-words: Territorial reading of the school, Right to education, Territory.

INTRODUÇÃO

Como os demais direitos sociais previstos em constituição, é no território que o direito à educação deixa de ser uma abstração. É no território que as desigualdades de acesso, permanência, estrutura física e humana das escolas, condições de trabalho docente entre outros condicionantes tomam contornos reais. É nos territórios que os distintos projetos de educação e trabalho para as juventudes conformam paisagens, corpos, “itinerários humanos” (Arroyo, 2017).

Este texto resulta de um esforço coletivo de auscultar os ruídos territoriais decorrentes da implementação das escolas cidadãs integrais, um projeto do governo da Paraíba de 2016. Especialmente as implicações nos itinerários das juventudes trabalhadoras que, por diversas razões, especialmente de ordem econômica, evadem das escolas ao se tornarem de tempo integral.

A equação é inicialmente simples: ao adotarem o regime de tempo integral, muitas escolas reduziram pela metade seu público de estudantes. Se antes atendiam 300 estudantes nos turnos matutino e vespertino, totalizando 600, no novo regime são capazes de absorver apenas 300. Outras, como é o caso da escola que abordaremos neste texto, suprimiram o ensino fundamental. Há ainda aquelas que deixaram de ofertar a Educação de Jovens e Adultos. Em todas estas situações, nos perguntamos para onde foram/vão os estudantes “sobrantes” ou que não se “enquadram” na escola cidadã.

A equação se complexifica quando agregamos mais perguntas: a) onde se localiza a(s) escola(s) de tempo parcial mais próxima destas juventudes/territórios? b) quais os riscos, a duração e os custos adicionais dos novos trajetos percorridos pelos jovens? c) há uma mudança no perfil socioeconômico e racial dos estudantes das escolas públicas ao se tornarem integrais? d) e os vínculos de pertencimento do/a jovem ao antigo coletivo escolar? e) quais as implicações na relação currículo-território?

Não daremos conta de todas as questões neste breve texto, tampouco da totalidade de situações implicadas pelo programa nos territórios. Aqui nos desbruçamos no caso da ECIT Alice Carneiro, escola integral situada no bairro Manaíra, especialmente nas implicações de sua integralização para as juventudes da comunidade limítrofe: a Vila São José.

Manaíra é um setor de importante especulação imobiliária na capital, na orla marítima, abundante em serviços e equipamentos turísticos (bares, restaurantes, shopping, lojas, galerias de artesanato etc.). Em suas margens, às margens do rio Jaguaribe, encontra-se o Setor São José, conhecido popularmente como “Vila São José”, originado na década de 1960.

A ECIT Alice Carneiro é uma das escolas-campo do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), receptora de licenciados/as em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. As impressões e reflexões

compartilhadas neste texto decorrem, pois, dos trabalhos de campo e vivências do cotidiano escolar no âmbito deste programa.

O PIBID Geografia é composto por 26 estudantes, 3 professores da educação básica (supervisores) e 1 professora do ensino superior (coordenadora de área). Além da escola supracitada, há outros dois núcleos: um na ECIT Mestre Sivuca (Setor Mangabeira 8), outro no Instituto Federal da Paraíba (Campus Cabedelo). A diversidade territorial reverbera na diversidade dos perfis socioeconômicos dos escolares e na cultura de cada uma destas instituições (Julia, 2001), objeto de discussão de futuros trabalhos.

Nas reuniões ampliadas, ocorridas quinzenalmente no *Campus I* da Universidade Federal da Paraíba, as questões emergidas nas vivências são socializadas e discutidas à luz da literatura voltada à compreensão das reformas educacionais em curso, com ênfase no novo ensino médio e na educação de tempo integral.

Além do PIBID, converge neste texto o trabalho desenvolvido no projeto em rede¹ intitulado “A Reforma do Ensino Médio e seus desdobramentos no ensino da geografia e na formação continuada de professores” (Chamada 40/2022, CNPq); e na rede de pesquisa² “Espaço, Sujeito e Existência”(Cnpq). Esta tem se debruçado na sedimentação de uma “leitura territorial da escola”.

Compõem o alicerce teórico autores como Miguel Arroyo, Gaudêncio Frigotto, Eguimar Chaveiro, Márcia Resende, Maria Adailza Martins, Eugênio Carvalho, Ana Cláudia Giordani, Eduardo Giroto.

O texto está estruturado em duas partes. Na primeira, trazemos as premissas teóricas. Em seguida, mobilizamos alguns dados e impressões acerca da ECIT Alice Carneiro, e as hipóteses que emergiram neste início de investigação acerca das implicações de sua integralização para as juventudes da vila São José.

POR UMA LEITURA TERRITORIAL DA ESCOLA

No Encontro Nacional da rede de pesquisadores “Espaço, Sujeito e Existência³”, realizado no período de 27 de novembro a 02 de dezembro de 2023 na cidade de João Pessoa (PB), as premissas para uma “leitura territorial da escola” foram tema de duas mesas-redondas. Momentos que permitiram a troca de experiências de pesquisa e atuação docente entre professores da educação básica e superior.

Partiu-se do pressuposto da frágil leitura dos geógrafos/as dos múltiplos atravessamentos da escola na contemporaneidade. As falas convergiram para três escalas fundamentais de uma leitura territorial

¹ Coordenação nacional: Ângela Massumi Katuta (UFPR).

² Coordenação nacional: Eguimar Felício Chaveiro (UFG).

³ Grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, coordenado pelo professor Eguimar Felício Chaveiro da Universidade Federal de Goiás.

da escola: a escala do sujeito, a escala geopolítica e a escala do cotidiano.

A **escala do sujeito** remete às transformações nos regimes de produção da subjetividade capitalística (Rolnik e Guattari, 2006); à nova “indústria do imaginário” assentada sob o terreno da virtualidade (Bucci, 2021); à exaustão do corpo e da mente do sujeito contemporâneo (Han, 2015; 2022); às novas formas de sofrimento escolar (Dunker, 2019); aos dilemas e à solidão da “geração do quarto” (Ferreira, 2022) entre outros processos que apontam para a constituição de um sujeito (estudante, professor) fragmentado, com atenção e concentração capturadas, submetido à ditadura do entretenimento.

A **escala geopolítica** lança luz às ações de corporações multilaterais e do Estado no campo educacional, regidas pelos princípios da Nova Gestão Pública (NGP). A inflexão neoliberal das políticas educacionais no Brasil, desde 1990 e acentuada em 2017, decorre deste movimento também em marcha em outros campos da vida social. Esta escala nos coloca ante as disputas econômicas, políticas e ideológicas de diferentes grupos pelo domínio da educação: setores empresariais, segmentos conservadores-autoritários, fundamentalistas, negacionistas, neofascistas.

Por fim, a **escala do cotidiano**, aquela atravessada pela precariedade física do espaço escolar, a “desilusão pedagógica”, o “vampirismo burocrático”, a “tirania da medida” (Chaveiro⁴, 2023). Também aquela em que se opera a dialética entre as políticas educacionais formuladas desde “cima” e as rupturas, resistências e contra hegemonias engendradas no “chão da escola”. Afinal, o cotidiano é também o tempo da possibilidade de mudança (Martins, 2011).

A despeito desta complexa trama escalar, predomina no discurso a serviço da hegemonia neoliberal, o currículo como elemento nodal e isolado da educação. Dissemina-se no imaginário social - e isso ressoa nas narrativas dos escolares - a ideia de que o problema da escola é, essencialmente, curricular. Interditamente, assim, uma leitura totalizante da escola, a única capaz de fazer frente à culpabilização de professores e estudantes pelo “fracasso escolar”.

Uma leitura territorial da escola está ancorada, imprescindivelmente, em uma análise multiescalar que nega explicações simples e unidimensionais para o complexo problema da escola no Brasil.

Ler territorialmente a escola supõe pensar os escolares enquanto sujeitos sociais imersos em um jogo de forças e instituições que disputam os corpos, as mentes, os desejos, os projetos. Supõe pensar como as formas condicionam e são condicionadas pelas relações sociais dentro e fora da escola. Reflexões só possíveis de serem desenvolvidas a partir de uma sólida leitura do papel da educação no movimento global do capital.

⁴ Palestra conferida no Encontro Nacional da rede de pesquisadores “Espaço, Sujeito e Existência” - João Pessoa - PB, 2023.

Programa Escola Cidadã Integral

A crença no poder redentor do currículo sustentou a defesa do programa Escola Cidadã, implementado pelo governo da Paraíba em 2016, de inspiração nos “ginásios pernambucanos”:

As bases do projeto do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP) e do Programa de Desenvolvimento de Centro de Ensino Experimental (Procentro), planos de escolas integrais desenvolvidas no estado de Pernambuco que, posteriormente, se consolidaram como política pública e serviram de modelo para constituição das Escolas Cidadãs Integrais, ECI, ECIT e ECIS da Paraíba. (Lima et. al., 2022 p. 266).

Projetos de vida, metodologias de êxito, plano de ação, protagonismo entre outras expressões compõem o léxico deste modelo que, não por acaso⁵, foi referência também para a reforma do ensino médio⁶ instituída pela Lei 13.415 (2017).

O programa Escola Cidadã antecipou a reforma do ensino médio na Paraíba. Além de estender o tempo escola, instituiu matrizes curriculares diversificadas com enfoque no ensino técnico-profissional. A escolha dos cursos fora, segundo conversas informais realizadas em campo, resultado de um “estudo da secretaria”. Não há, entretanto, nenhum documento que demonstre a realização de consulta popular, nem mesmo do coletivo escolar. Notamente, vemos a oferta de cursos alinhados aos interesses de segmentos empresariais, cuja maioria busca força de trabalho para ocupar cargos de baixa remuneração.

Em campo nos deparamos ainda com uma realidade em que os próprios itinerários técnico-profissionalizantes carecem de profissionais, equipamentos e recursos para o desenvolvimento satisfatório das atividades.

A fragilização do elo escola-universidade é outro ponto nevrálgico deste programa que preocupa professores e pesquisadores críticos. Por um lado, dos estudantes, assistimos ao crescente desestímulo à inserção no ensino superior. Por outro, da política de formação continuada de professores, vemos a atuação de instituições privadas em detrimento das parcerias com universidades.

Entre os danos e fragilidades analisadas e denunciadas por pesquisadores/as das escolas cidadãs integrais (Lima et. al, 2022, Carvalho, 2019), acrescentamos ainda o enfraquecimento do “projeto político pedagógico” (PPP).

⁵ À época da reforma dos ginásios pernambucanos, Mendonça Filho era vice-governador de Pernambuco. Anos depois, Mendonça Filho enquanto Ministro da Educação no governo Michel Temer, sairia em defesa da reforma do ensino médio.

⁶ Para mais informações sobre o contexto político, a correlação de forças, os interesses econômicos e o processo anti democrático que resultou na referida lei, ler o livro “Manifesto - Crítica às reformas neoliberais na Educação. Prólogo do Ensino de Geografia” (ANPEGE, 2021).

Nas escolas cidadãs, o instrumento de planejamento prioritário é o “plano de ação”, resumido a uma planilha (excel) a ser preenchida com as diretrizes prescritas pela secretaria de educação. A centralidade do plano de ação - e a reprodução mecânica das diretrizes oficiais - destitui o PPP enquanto documento orientador das ações e concepções da escola. Assistimos, assim, a uma gradual debilitação da escola no exercício de pensar a si mesma e, por consequência, pensar o contexto territorial em que está inserida.

Atomizada e submetida ao “abstracionismo espacial”, a escola torna-se mais suscetível a corroborar com projetos contrários às populações com as quais deveria (desde uma perspectiva crítica) ter um compromisso ético. Em outros termos, o abstracionismo espacial interdita a educação enquanto um “direito territorial”. (Giordani e Giroto, 2022).

Futuros interditados que ameaçam a ordem social

O projeto de educação de tempo integral na Paraíba, a reforma do ensino médio, as experiências pernambucanas, cearenses entre outras são políticas voltadas fundamentalmente às juventudes brasileiras, que representam quase metade da população nacional. Juventudes imersas ou aguardadas por um mundo de trabalho marcado pela informalidade, o desemprego e a hiper precarização. Neste cenário, a ideologia do empreendedorismo funciona como válvula de contenção de uma provável, quiçá inetável, desordem social.

Motta e Frigotto (2017), ao interpelar a urgência dessas reformas, retomam o contexto de irrupção da luta de classes em 2013 como sinal de alerta às burguesias dominantes, de uma ordem social ameaçada:

O momento brasileiro é de uma crise aguda que insere medidas econômicas e políticas ofensivas que afetam fundamentalmente nossos muitos milhares de jovens da classe trabalhadora. E as Jornadas de Junho e as ocupações das escolas e universidades públicas indicam que irrompeu a luta de classes. Com isso, as burguesias dominantes asseveram os mecanismos de controle social por meio dos vários aparelhos do Estado em “união pessoal” com seus respectivos aparelhos privados de hegemonia e com organismos internacionais, introduzem um conjunto de políticas públicas que conformam a conjuntura e buscam cimentar a ideologia necessária para se consolidarem no poder e salvaguardarem os ganhos do capital. Por esse motivo, torna-se determinante introduzir reformas na educação – ressaltamos, pública –, na qual se situa a grande massa de jovens da classe trabalhadora para administrar a “questão social” e criar as condições favoráveis para a expansão do capital. (p. 365).

O papel atribuído à educação escolar no atual estágio do capitalismo é dissimulado nos textos de tais políticas através de mecanismos como o fetiche tecnológico, o ideário meritocrático, a ideologia do empreendedorismo:

Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta [a reforma do ensino médio] é conduzida como processo natural de modernização – fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador –, despida de relações de poder e sem historicidade. Ou seja, a história de luta voltada para a supressão do dualismo estrutural do Ensino Médio foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais. (Motta e Frigotto, 2017 p. 317).

A escola e o estudante abstratos subjazem aos textos do programa Escola Cidadã Integral, desde os guias destinados a professores e gestores à apresentação do programa no site oficial. Para exemplificar, transcrevemos um trecho do respectivo site que versa acerca daquele que tem sido compreendido pelos críticos como o componente central da proposta do novo ensino médio: o projeto de vida.

Projeto de vida é uma disciplina que busca problematizar as múltiplas dimensões da identidade dos jovens ainda em formação. As aulas de Projeto de Vida não se referem apenas a um projeto de carreira, voltado apenas para o lado profissional. Ele vai além, é um processo de reflexão sobre o “ser e o querer ser”, estas aulas têm por objetivo ajudar o jovem a planejar o caminho que precisa construir e seguir para realizar esse encontro seja nas dimensões pessoal, social e produtiva da vida, num período de curto, médio e longo prazo. Quanto mais o jovem conhece a realidade em que está inserido, compreende o funcionamento da estrutura social com seus mecanismos de inclusão e exclusão e tem consciência dos limites e das possibilidades abertas pelo sistema na área em que queria atuar, maiores serão suas possibilidades de elaborar e de implementar seu projeto. (Site Escola Cidadã Integral, 2024).

O primeiro destaque que realizamos neste trecho é a denominação do projeto de vida como disciplina. Pesquisadores como Marise Ramos (2024) revelam que o currículo do novo ensino médio traz para a centralidade um conjunto de saberes destituídos de base epistêmica, é o caso do projeto de vida.

Além do esvaziamento da escola de sua função de mobilizar o conhecimento socialmente referenciado, isso acentua a desprofissionalização docente: prepara o terreno para o notório saber.

A entrada de *coachs*, o desprestígio das disciplinas de base científica, a multiplicação de atividades de entretenimento, a infantilização do espaço escolar, a burocratização e plataformização do trabalho docente, a crescente interferência das secretarias estaduais no trabalho pedagógico invadem o cotidiano escolar.

Frágil na formação científica e filosófica, a escola se afasta das possibilidades de oferecer aos estudantes - especialmente aos “trabalhadores que estudam” (Arroyo, 2017) - caminhos para a compreensão das determinações sociais, políticas, ideológicas que incidem sobre suas

vidas. Distanciamos, portanto, de uma realidade vislumbrada por Arroyo, em que

os docentes-educadores vão deixando de ser meros espectadores dessas vivências cruéis dos educandos, assumindo seu dever profissional de trazê-las ao território dos currículos, buscando, em conjunto, com os próprios educandos/as, entender seus significados. (2017 p. 15).

Uma das hipóteses que aqui levantamos é que ao invés de trazer as questões dos estudantes - de sua condição de classe e dos problemas de ordem espacial que enfrentam em decorrência desta - ao território dos currículos, o programa Escola Cidadã Integral tensiona para a direção contrária: ao passo que expulsa os jovens trabalhadores, também seus problemas cotidianos - sociais, raciais, territoriais - desaparecem das diretrizes curriculares.

O CASO DA ECIT ALICE CARNEIRO E A VILA SÃO JOSÉ

O ponto fundamental que marcou o nascimento da Escola Alice Carneiro foi a necessidade de oferecer à comunidade uma escola capaz de propiciar aos seus moradores a possibilidade de se capacitarem sem se fazer necessário percorrer longas distâncias. **Projeto Político Pedagógico da ECIT Alice Carneiro, 2024.**

Segundo o projeto político-pedagógico da ECIT Alice Carneiro, a instituição teve sua fundação no dia 27 de março de 1977, como Escola Estadual de Primeiro Grau Dona Alice Carneiro, localizada na Av. Sapé, bairro Manaíra, João Pessoa.

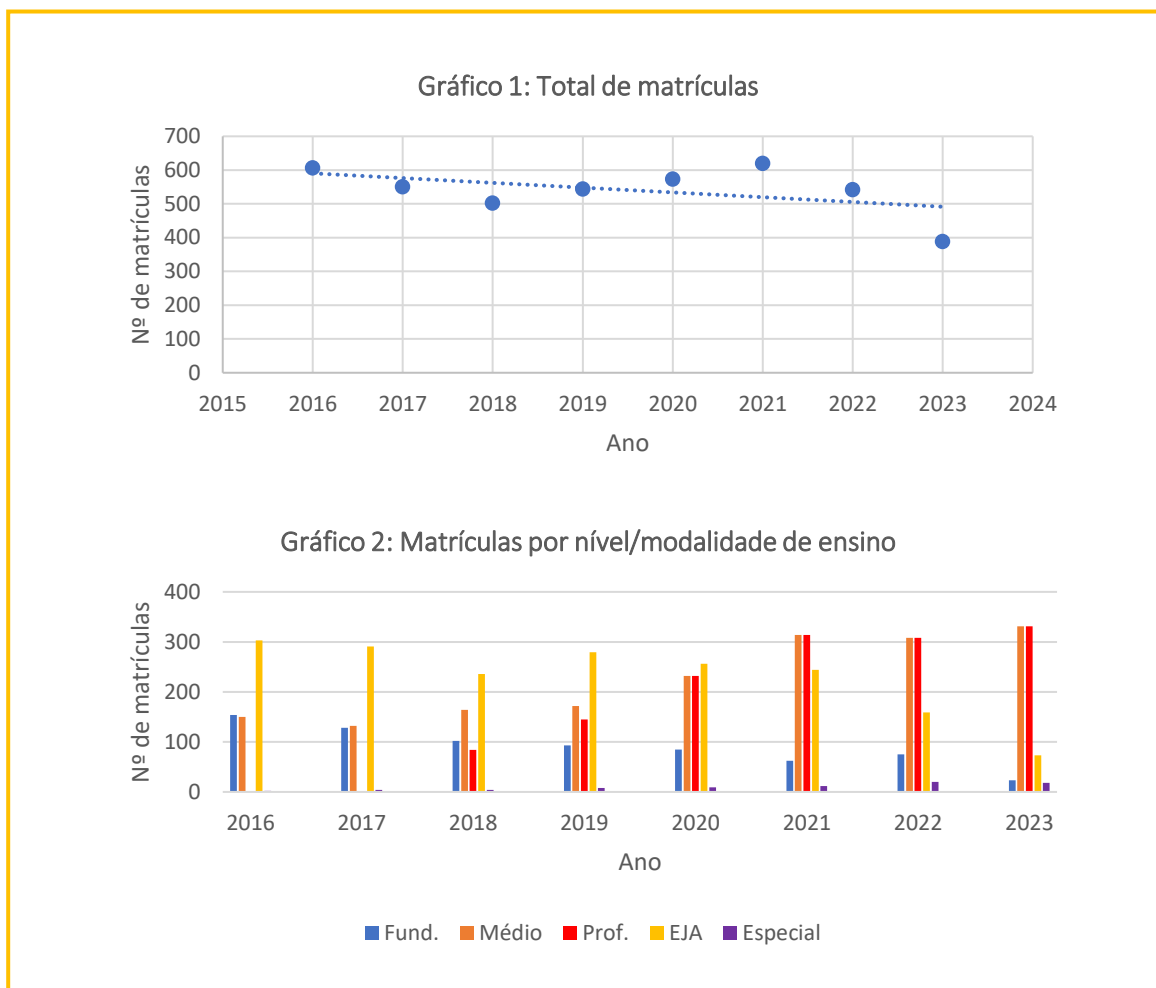
Após 16 anos de sua fundação, fora implementado o ensino de segundo grau (1993) e a escola passou a denominar-se Escola Estadual de Ensino de 1º e 2º graus Dona Alice Carneiro. A partir do ano de 2006, a instituição passa a oferecer também a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 2017, a escola adequou-se à Lei 13.415/17 (novo ensino médio) ao passo em que se tornou Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT). Iniciou com o curso técnico de informática e em 2019 incorporou o curso de hospedagem.

Como pontos de partida para a compreensão das implicações da mudança de regime, selecionamos três dados da ECIT Alice Carneiro dispostos em séries históricas: a evolução das matrículas, o índice socioeconômico dos estudantes (Inse⁷) e a auto declaração racial dos mesmos. Iniciemos pelas matrículas:

⁷ O Inse era calculado a partir dos questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dos quais eram selecionadas as questões que “dizem respeito à renda familiar, à posse de bens e contratação de serviços de empregados domésticos pela família dos estudantes e ao nível de escolaridade de seus pais ou responsáveis” (INEP, 2015

Gráficos 1 e 2 – Séries históricas das matrículas na ECIT Alice Carneiro (2016 – 2023).



Fonte: INEP, 2024. Elaboração: autores.

Notamos, no gráfico 1, que a escola já enfrentava um decréscimo no contingente estudantil nos anos que precederam a implementação do Programa Escola Cidadã (2015 a 2017⁸). A partir de 2017, a tendência se inverte e cresce o número de estudantes, atingindo seu auge em 2020, quando possivelmente refluíu em função da pandemia da COVID-19.

No segundo gráfico, percebemos como ocorreu o rearranjo interno da instituição escolar nos últimos anos a fim de concentrar a oferta no novo ensino médio, com ênfase na formação técnico-profissional. A série expressa a redução paulatina nas matrículas da EJA e no ensino fundamental.

Diferente do processo de implantação das escolas cidadãs em outros contextos, reduzindo pela metade a quantidade total das

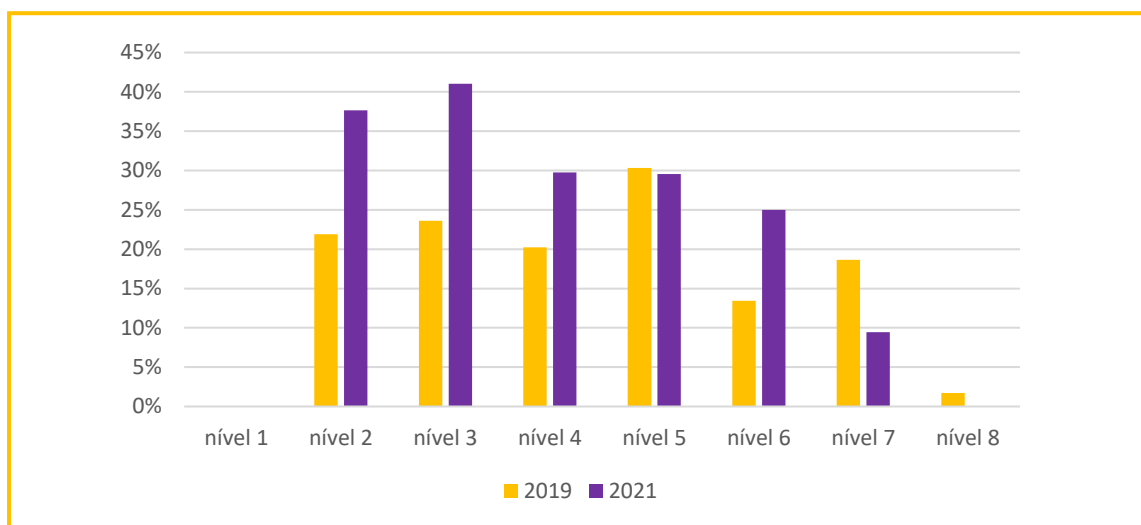
p. 6-7). A partir de 2019, a coleta das respostas que compõem o indicador se limitou ao Saeb.

⁸ Já que os dados do Censo Escolar remetem aos anos escolares anteriores. Exemplo: os dados de 2018 remetem às matrículas no ano de 2017.

matrículas, a ECIT Alice Carneiro manteve seus mais de 500 alunos, mesmo em tempo integral. Resta-nos compreender se o perfil dos estudantes que compõem a demanda por esta escola após 2017 se mantem.

Em busca dessas respostas, extraímos alguns dados acerca do nível socioeconômico dos estudantes desta escola. Encontramos, na base de dados do Instituto Anísio Teixeira (INEP), o Inse⁹ da ECIT Alice Carneiro em três períodos: 2011-2013, 2019 e 2021. Os dados do primeiro período não estão discriminados segundo os níveis atuais, que variam de 1 a 8, por isso não constam no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Nível socioeconômico dos estudantes (%) da ECIT Alice Carneiro (2019/2021)



Fonte: INEP, 2024. Elaboração: autores

Para a discussão que aqui propomos, interessa-nos pontuar que, em 2013, a então Escola Estadual Dona Alice Carneiro apresentava um índice socioeconômico “médio baixo” (INEP, 2015). Em correspondência com o índice atual, isto indica a predominância dos níveis 1, 2 e 3 que, resumidamente, referem-se à escolaridade dos pais dos estudantes restrito ao ensino fundamental, à renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo e à ausência de carro nos domicílios.

Nos últimos dados disponíveis (para o ano de 2021), a escola ascendeu para o nível médio IV, com destaque para as subcategorias 4, 5 e 6. Desta forma, houve elevação do grau de escolaridade dos pais dos estudantes e o incremento de bens domésticos como carro, TV com internet, wi-fi, freezer.

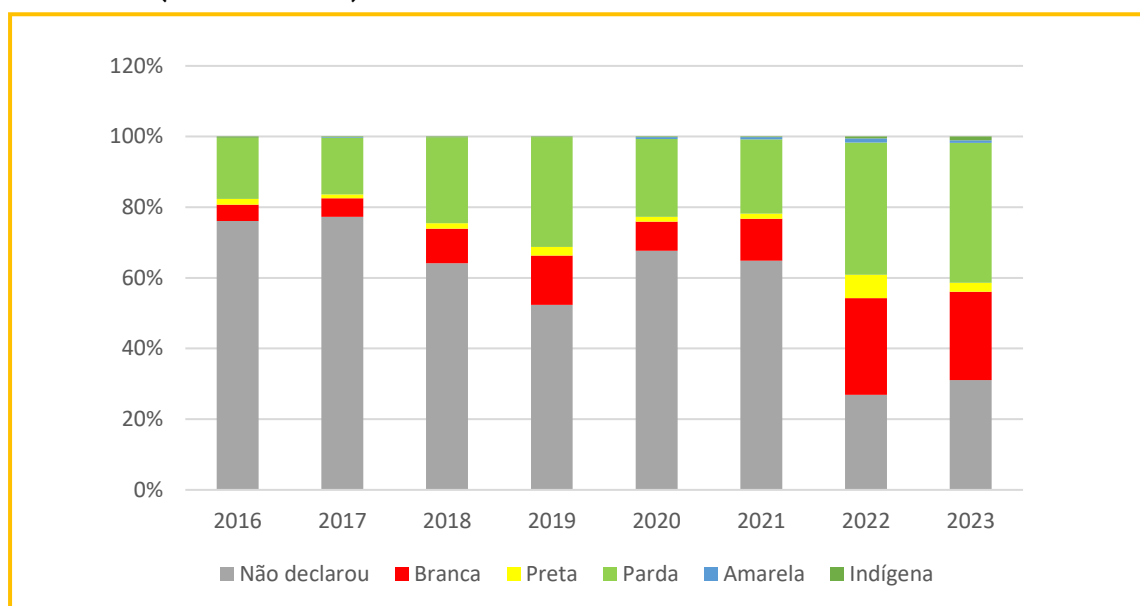
Importante considerar o impacto da pandemia e a crescente perda do poder de consumo das classes médias brasileiras que talvez justifique a migração de seus filhos para as escolas públicas neste período. É

⁹ A utilização do Inse demanda atenção quanto às mudanças metodológicas na coleta dos dados, como a reformulação dos critérios que compõem cada nível socioeconômico. Por exemplo: a variável renda familiar mensal foi suprimida a partir de 2019 e os graus de escolaridade sofreram deslocamentos entre os níveis.

inegável que apesar do arrefecimento na escalada do nível socioeconômico dos estudantes níveis 5, 7 e 8 no último intervalo de dados, os níveis 1, 2 e 3 que outrora predominavam, hoje representam cerca de metade dos estudantes desta escola. Em resumo, houve diminuição do contingente de estudantes com os menores níveis socioeconômicos da ECIT Alice Carneiro na última década.

Como a colonialidade é estrutural para pensar o Brasil e nos obriga a não dissociar classe e raça, nos questionamos: haveria alguma correlação desta, ainda que lenta mudança do nível socioeconômico dos estudantes, com a questão racial?

Gráfico 4 – Estudantes segundo autodeclaração racial (%) ECIT Alice Carneiro (2016 a 2023)



Fonte: INEP, 2024. Elaboração: os autores

No gráfico 4, na cor vermelha, destacamos a categoria “branca”. Se, em 2016, os estudantes da ECIT Alice Carneiro que se autodeclaravam brancos correspondiam a 5% do total, em 2023 constituíam 25%. Por outro lado, os autodeclarados pretos, saíram de 2% para 3% no mesmo período. Evidente, portanto, a maior presença de estudantes brancos na ECIT Alice Carneiro após se tornar escola de tempo integral.

Não queremos, com esta inferência, assumir a tese de embranquecimento das escolas cidadãs integrais. Uma pesquisa de maior fôlego seria necessária para tal, inclusive para avaliar o papel da localização da escola neste processo de mudança de nível socioeconômico e racial.

O que expomos até agora nos permite retomar e reformular questões iniciais deste texto: para onde foram/vão as infâncias e juventudes trabalhadoras que outrora eram maioria nesta escola? Há uma crescente apropriação da ECIT Alice Carneiro por setores da classe média? Qual efeito disto no direito à educação das juventudes situadas próximas à escola, compromisso assumido no projeto político-pedagógico da instituição?

A juventude trabalhadora da vila São José

Entre as juventudes situadas próximas à ECIT Alice Carneiro, se destacam aquelas oriundas da Vila São José, setor a poucos metros desta escola.

No contexto de fundação da vila São José (1960), o centro da cidade concentrava os principais investimentos públicos e atraía a atenção da população com maior poder aquisitivo, consolidando-se como a região de maior valor econômico e prestígio social. Essa dinâmica se alterou gradualmente, com a “beira-mar” emergindo como o novo foco de investimentos públicos e privados, objeto de intensa especulação imobiliária.

Conforme observado por Calvacanti (2021, p. 9),

Na orla, onde anteriormente haviam casas de veraneio e casebres/cabanas dos pescadores, em um cenário bucólico de cajueiros e areia, o que se viu foi uma grande transformação do espaço, materializada pela construção de edifícios. A princípio simples/comuns e, atualmente, refinados, os condomínios dos tipos mais diversificados possíveis surgiram.

Os antigos moradores da orla, entre estes os pescadores, foram paulatinamente deslocados para as áreas periféricas, marcando os primórdios da formação da Vila São José. Desde então, um cenário de segregação marca as paisagens e as relações entre esta comunidade e os residentes em Manaíra.

Destituídos de escola no interior da comunidade, crianças e jovens da São José frequentam a ECIT Alice Carneiro, a poucos metros de um dos acessos à comunidade.

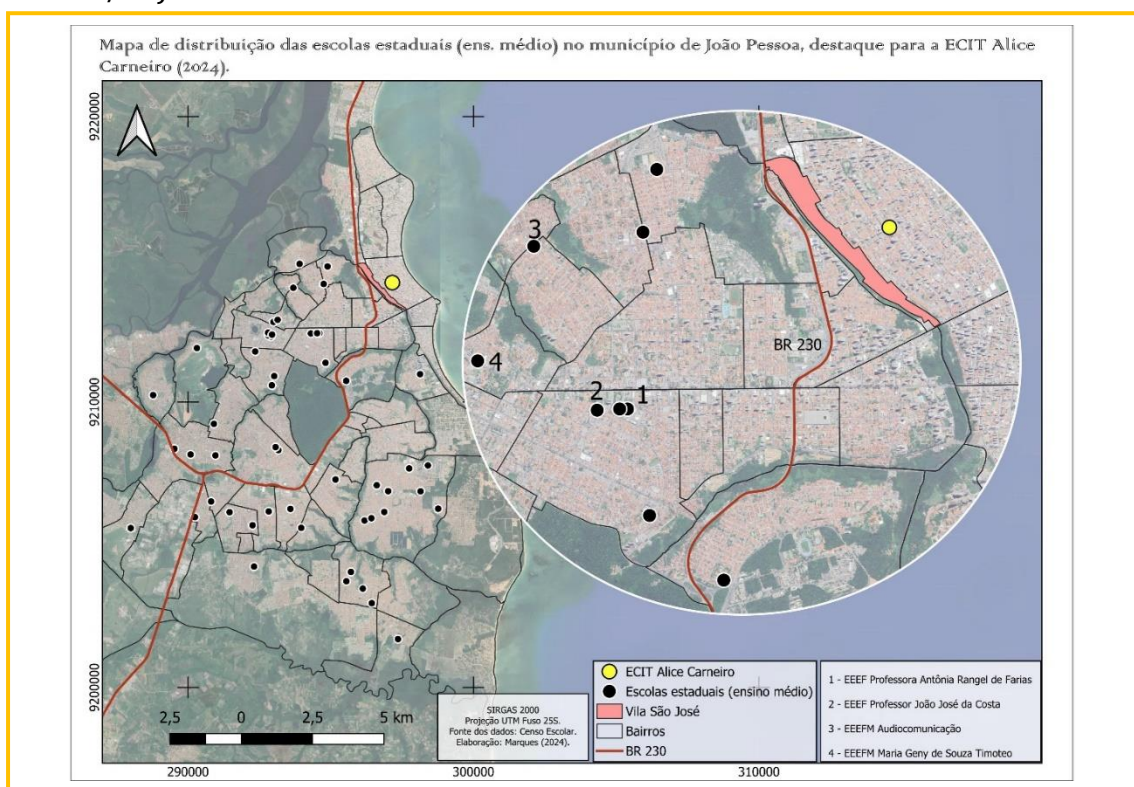
Foto 1 – Trabalho de campo do PIBID na Vila São José (2023)



A Vila se estende em direção norte-sul, limitada a leste pelo Rio Jaguaribe e a oeste por uma área de preservação permanente. Além da rua retratada na fotografia, por onde circulam veículos, entre estes ônibus municipais, o acesso à vila se dá por passarelas laterais que possibilitam o cruzamento do rio. A ECIT Alice Carneiro está a aproximadamente 650 metros do ponto em que a fotografia fora produzida.

A fim de identificar as alternativas às juventudes da Vila São José impossibilitadas de frequentar escolas de tempo integral, elaboramos um mapa da distribuição das escolas estaduais que ofertam o ensino médio na cidade de João Pessoa, e destas filtramos as de tempo parcial mais próximas¹⁰ à vila.

Mapa 1 – Distribuição das escolas estaduais de ensino médio – João Pessoa/PB, 2024.



Elaboração: Marques (2024)

Ao observarmos panoramicamente o município de João Pessoa, notamos o efeito de rarefação do número de escolas estaduais no sentido centro-beira-mar. Tanto o adensamento populacional “tardio”, quanto a lógica desigual de produção do espaço via mecanismos de segregação/gentrificação nos ajudam a compreender esta geografia. Na região central do turismo pessoense, as escolas privadas são maioria.

¹⁰ Admitimos as limitações da proximidade geográfica como critério exclusivo, porém o consideramos suficiente para suscitar as provocações objetivadas neste texto.

Se a proximidade da ECIT Alice Carneiro (cerca de 600m) facilita e reduz a duração do deslocamento das juventudes, a outra escola “geograficamente mais próxima”, a EEEF Profª Antônia Rangel no bairro da Torre, dista mais de 7km. Este trajeto realizado a pé, segundo projeção na plataforma *Google Maps*, duraria mais de 1h40min. De carro, fora da “hora do *rush*”, esta duração reduz para 19 minutos. De ônibus, segundo projeção do aplicativo Moovit, o estudante demoraria aproximadamente 45 minutos.

Partindo da realidade socioeconômica das juventudes da vila São José, prevê-se que o deslocamento via carro próprio não se realizaria – pelo menos para a ampla maioria. Seja porque a família não possui um carro, ou pelos custos que este deslocamento demandaria.

Quanto ao transporte público, há apenas uma linha de ônibus (521) que atenderia estes estudantes no deslocamento até 3 das 4 escolas de tempo parcial identificadas no mapa. Em caso de atraso ou imprevisto, este estudante teria que caminhar de 20 a 30 minutos para alcançar outras linhas (500, 510, 504, 602) ou realizar conexões em terminais de ônibus, o que aumentaria a duração do trajeto.

À elevação do custo e do tempo de deslocamento, somam-se outros obstáculos à realização destes trajetos, tais como o risco de atropelamento ao atravessar a BR 230; a insegurança e a vulnerabilidade de jovens – especialmente mulheres – ao adentrarem áreas de mata; o risco de deslocarem via motos, sabidamente os veículos mais utilizados pelas juventudes populares e também mais expressivos nas estatísticas de acidentes de trânsito.

A paulatina interdição do direito territorial à educação seria mais uma tentativa de desestabilização da vila São José e de violência institucional contra as juventudes trabalhadoras?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não endossamos, neste texto, o movimento crescente, liderado por grupos empresariais, de desqualificação da escola pública. Muito menos culpabilizamos professores e demais trabalhadores da educação pelos problemas aqui denunciados. Tampouco nos colocamos contrárias à educação integral, reinvidicação histórica dos movimentos progressistas. Apenas não queremos que ela se realize às custas da evasão das juventudes trabalhadoras e que seja “confundida” com educação de tempo integral.

Participamos e testemunhamos o comprometimento de professores da escola objeto das reflexões deste ensaio na realização de um trabalho pedagógico digno. E é também por e com eles que assumimos, enquanto PIBID Geografia, a co-responsabilidade na luta pela predominância do interesse público nas escolas estaduais da Paraíba.

Acreditamos ser de interesse público que as juventudes trabalhadoras não só frequentem, mas encontrem na escola respostas para suas vidas cada vez mais dramáticas. É de interesse público que as juventudes se formem integralmente, que se reconheçam sujeitos sociais

e históricos. Que compreendam as forças que incidem e conformam os territórios que habitam, que trabalham, que estudam, que transitam, que são violentadas, que são acolhidas.

Uma escola se afasta do interesse público quando se debilita do exercício de pensar a si mesma, de pensar a situação territorial que lhe reclama explicações científicas.

Sigamos na disputa da formação da juventude trabalhadora da Vila São José e de todas as comunidades segregadas no município de João de Pessoa. Disputaremos a escola cidadã e tantas outras escolas públicas brasileiras imersas no movimento (engenhosamente dissimulado) de financeirização/privatização da educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. Autêntica Editora, 2021.

CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira; DE FARIAS RODRIGUES, Raphaela Barbosa. Gerencialismo privado na educação pública: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na Paraíba. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 4261-4274, 2019.

CAVALCANTI, Renan Cavalcanti Costa. **O instituto da segregação: realidade socioespacial entre os bairros de Manaíra e São José no município de João Pessoa**- PB: Orientador: Sergio Fernandes. 2021. 18 f. TCC-Geografia, CCEN, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20615>. Acesso em: 23 de abril.2024.

DUNKER, Christian. **Paixão da ignorância: a escuta entre a psicanálise e educação**. Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, Hugo Monteiro. **A geração do quarto: quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar**. Record, 2022.

GIORDANI, Ana Cláudia Carvalho; GIROTTI, Eduardo Donizeti; DE OLIVEIRA SOARES, Marcos. Produzir a política a partir da escola: geografia da educação, docências e espacialidades escolares. **Revista da ANPEGE**, 2022.

HAN, B. C.. **Sociedade do cansaço**. Editora Vozes Limitada, 2015.

HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**. Editora Vozes, 2022.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001.

LIMA, M. B.; MONTEIRO, M. C.; MARTINS, M. A. A. A relação entre professore(a)s e aluno(a)s das escolas cidadãs de ensino médio da Paraíba e a interface com a disciplina escolar Geografia. In: **Formação de professores de geografia na Paraíba: avanços e resistências na reforma curricular** / Organização: Lenilton Francisco de Assis, Maria Adailza Martins de Albuquerque, Nathália Rocha Moraes. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. In: **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2011

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 355-372, 2017.

RAMOS, Marise. **Observatório das reformas empresariais**. Pedagogia das Competências e “competências socioemocionais” nas contrarreformas educacionais. Youtube, 14/06/2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ixfz3EktA9A>.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

PARAÍBA. Escola Cidadã Integral Técnica - ECIT Alice Carneiro. **Projeto Político Pedagógico**, 2024.

Contato das autoras/o:

Autor: Ana Carolina de Oliveira Marques
E-mail: anacarolina@ccen.ufpb.br

Autor: Gabriela Soares Braz de Farias
E-mail: gs2557007@gmail.com

Autor: André Fernandes de Souza
E-mail: andrerom15@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 05/01/2024